

O Jornal diário dos
Ancepianos
3 de setembro -12 h

PREVIC INFORMA SOBRE REUNIÕES DO COMITÊ ESTRATÉGICO DE SUPERVISÃO



Reproduzimos em seguida, na íntegra, texto distribuído na manhã desta segunda-feira (3) pela PREVIC:

“O Comitê Estratégico de Supervisão (COES), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), realizou nesta quinta-feira (30/08) sua segunda reunião em 2018. O Comitê é composto pelos membros da Diretoria Colegiada e pelo Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos.

Na sessão da manhã, com participação das equipes técnicas e de supervisores do escritórios regionais de representação, foi apresentada a visão atual e prospectiva dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar.

Em seguida, houve discussões sobre os cenários econômicos interno e externo, a evolução da composição dos ativos, a variação dos indicadores de solvência, de risco de crédito e de liquidez, a rentabilidade do segmento comparada ao benchmark de mercado e o reflexo da redução das taxas de juros nas metas atuariais. As entidades que requerem maior atenção e as medidas regulatórias em curso foram analisadas com mais profundidade, com destaque para as normas que tratam da regulamentação da Res. 4.661/18 e da governança nas EFPC.

Na sessão da tarde, com base nos riscos identificados, o COES deliberou ações de mitigação, contemplando desde a elaboração de propostas de natureza regulatória até procedimentos de fiscalização naquelas de maior risco.

A próxima reunião do Comitê ocorrerá no dia 6/12, conforme Portaria nº 1.141/2017.

O COES busca o aprimoramento do modelo Supervisão Baseada em Risco e faz parte do pilar “Supervisão Prudencial” do Plano de Ação 2017-2018”.

Seminário sobre e-Social será apresentado em 6 capitais

Sempre atenta ao grau de oportunidade dos eventos que realiza, de maneira a melhor atender as demandas de seu público naqueles momentos em que isso mais se mostra necessário, a ANCEP vai promover no dia 9 de novembro, em **Florianópolis**, a primeira apresentação do seminário **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**.

Em seguida as apresentações serão feitas em **Curitiba** (14/11), no **Rio de Janeiro** (26/11), em **Porto Alegre** (27/11), **Recife** (03/12) e **Belo Horizonte** (04/12).

Um semestre difícil para os fundos de pensão e também para as entidades abertas

O rendimento médio dos fundos de pensão no primeiro semestre foi de 3,1%, abaixo do CDI, registra nota na edição impressa da revista **EXAME** que começa a chegar aos assinantes. Com isso, só 10% deles cumpriram a meta no período, segundo levantamento feito pela consultoria Aditus, que analisou os resultados de 110 entidades, cujo patrimônio somado chega a R\$ 200 bilhões.

Explica isso os resultados ruins de muitos fundos multimercados e a queda da Bolsa. Além disso, como a inflação adicional provocada pela greve dos caminhoneiros elevou as metas, tudo ficou mais difícil.

“O segundo semestre deverá ser um pouco melhor com a inflação baixa, mas o cenário para os investimentos continuará complicado”, observa Guilherme Benites, sócio da Aditus.

A renda variável deverá seguir volátil e os juros baixos e insuficientes para garantir um retorno melhor.

Outra nota publicada pela revista na mesma página refere-se à previdência aberta e observa, a partir dos resultados menos favoráveis da Brasilprev, que “os brasileiros continuam investindo em planos de previdência, mas num volume menor”, a julgar pelos resultados obtidos no primeiro semestre.

No período a Brasilprev captou R\$ 15,6 bilhões, 19% menos que nos primeiros seis meses de 2017. A captação líquida – dinheiro que entra menos o que sai - caiu 60%.

Candidatos defendem o regime de capitalização

Sob a manchete “guinada na Previdência”, o jornal O GLOBO traz em sua edição desta segunda-feira (3) notícia que começa assim: Dos seis principais candidatos à Presidência, quatro querem um modelo alternativo para a estrutura previdenciária do País.

A proposta de criar um sistema alternativo de aposentadoria ganhou espaço nos planos dos presidenciáveis. Quatro deles defendem a adoção do regime de capitalização para assegurar a sustentabilidade da Previdência. No entanto, o jornal em seguida chama a atenção para o fato de que especialistas alertam para os riscos desse modelo, como o elevado custo de transição e a possibilidade de o valor da aposentadoria ficar aquém do esperado.

Os que defendem a capitalização são Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes e Álvaro Dias. Mas tanto o PT (provavelmente Fernando Haddad) quanto o PSDB (Geraldo Alckmin) são contra. Todos concordam, no entanto, que o atual sistema de Previdência agrava a situação fiscal do País e deve passar por uma reforma.

O economista Paulo Guedes (Bolsonaro) é um dos que defendem de forma mais enfática a capitalização. Em sua proposta, inspirada no modelo chileno, apenas quem entrar no mercado de trabalho teria a opção de aderir ao novo regime. Cada um teria uma conta individual, gerida por uma instituição privada que escolher. Para quem não conseguir poupar, o governo garantiria uma renda mínima menor do que o salário mínimo.

Ciro Gomes propõe um sistema misto. A ideia é implantar um regime formado por 3 pilares, explica o economista Néelson Marconi. O primeiro concentraria os benefícios assistenciais, pagos a quem não pode contribuir e financiado pelo governo. No segundo pilar entrariam os que recebem até um limite a ser estabelecido, mas menor do que o atual teto do INSS. É no terceiro pilar que entraria a capitalização, que seria adotado por quem recebe acima do novo teto. A proposta impõe um custo de transição: só no INSS a perda de arrecadação chegaria a R\$ 13 bilhões, com a parcela que deixaria de ser recolhida no regime atual e passaria a ser capitalizada em contas individuais. Esse “prejuízo” seria bancado pelo governo, provavelmente através da colocação de títulos públicos.

Transição para o regime de capitalização também é prevista no programa de governo de Marina Silva. O economista Marco Bonomo, no entanto, diz que isso é para acontecer no longo prazo, sendo que a prioridade é equilibrar o sistema atual.

Já a proposta de Álvaro Dias prevê a criação de um fundo previdenciário que funcionaria paralelamente ao atual modelo de repartição. Para capitalizar o fundo, seriam incorporados a ele todos os bens da União, desde estatais até imóveis. Os recursos obtidos com a venda desse patrimônio seriam distribuídos entre as contas de todos os trabalhadores e nunca utilizados no abatimento da dívida do País.

Especialistas do PT, no entanto, advertem para os riscos das contas individuais para os trabalhadores mais pobres, que podem passar por longos períodos de desemprego. Pérsio Arida, assessor econômico de Alckmin, defende a adoção de uma idade mínima, mas sem adiantar detalhes do formato da reforma que defende, só deixando claro que descarta a adoção do regime de capitalização em razão dos custos associados a essa transição.

Faelba eleva taxa de juros de empréstimos

A Fundação Coelba de Previdência Complementar (Faelba) informou que desde 27 de agosto a taxa de juros dos empréstimos nas modalidades pós-fixada e emergencial subiu de 4,60% ao ano para 5%, “a fim de garantir o retorno do investimento em consonância com a meta atuarial, conforme decisão do conselho deliberativo”, diz a entidade em comunicado, segundo o SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL.

Segundo a fundação baiana, a mudança se tornou necessária devido às dificuldades enfrentadas para que a rentabilidade da carteira igualasse ou superasse o benchmark estabelecido em sua política de investimentos, bem como para mitigar o risco de descumprimento da Resolução CMN nº 4.661/18 e reduzir a diferença em relação ao custo de oportunidade.